

Mobilidade Intrametropolitana no Rio de Janeiro*

Antonio de Ponte Jardim**

Resumo

O estudo centra-se em três dimensões do fenômeno da mobilidade intrametropolitana: a referente aos processos de exclusão e segregação sócio-espacial, resultado das diferenças econômicas, sociais e políticas, no interior do espaço metropolitano; a dimensão dos deslocamentos populacionais na metrópole, em relação às migrações e à mobilidade residencial (a questão das escalas); a dimensão sócio-econômica dos deslocamentos populacionais na metrópole fluminense, durante os anos 80.

Palavras-chave: mobilidade intrametropolitana; migração interna; mobilidade residencial; Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

Introdução

A dimensão dos processos de exclusão e segregação sócio-espaciais no interior da metrópole fluminense. As mudanças ocorridas, durante os anos 80, na configuração da metrópole fluminense¹ refletem os movimentos da economia e da sociedade no sentido de que a mobilidade espacial intrametropolitana, como movimento das classes sociais², influiu no processo de adensamento demográfico, econômico e social, nas demandas sociais (equipamentos coletivos), na oferta e na demanda de força de trabalho e no consumo de bens e serviços e na cultura.

As explicações sobre esses processos sócio-espaciais têm seus fundamentos, grosso modo, a partir:

1 – das análises que explicam a influência das migrações na dinâmica de organização/desorganização e deterioração das cidades (PIERSON, 1970);

2 – das diferenças sócio-econômicas entre migrantes e não migrantes, como expressão de movimentos transitórios de “ajuste” em que a inserção dos migrantes nas atividades urbano-industriais, como um elemento integrador e de ascensão social dos migrantes (GERMANI, 1971, 1974);

3 – de fatores histórico-estruturais como determinantes do desenvolvimento urbano-industrial (LOPES, 1973; SINGER, 1973);

4 – da mobilidade do trabalho determinada pela necessidade do capital (GAUDEMAR, 1977);

5 – da economia monetária, com ênfase no consumo e na racionalização do espaço urbano, onde o consumo, o intercâmbio e a gestão são elementos fundantes das práticas sociais e de suas diferenças sociais e sócio-espaciais no interior da metrópole;

Através da economia monetária, a cidade pode ser vista como: a) o lugar da produção da força de trabalho (casa-moradia e bairro); b) o lugar da produção (inserção da força de trabalho nas atividades econômicas); c) lugar de intercâmbio de bens e serviços. Neste sentido, a cidade passaria a ser o lugar da mobilidade e segregação sócio-espaciais, a partir de práticas sociais e econômicas, já que a mobilidade residencial expressa diferenças sócio-econômicas e espaciais, numa sociedade de classes (HARVEY, 1985, 1993);

6 – de fatores explicativos relacionados à ordem contextual e valórica entre migrantes e não migrantes; da inserção no mercado de trabalho; do tempo e residência; das condições sócio-econômicas e culturais, como elementos diferenciadores/integradores na sociedade de classes (CASTRO et al., 1976);

7 – da valorização dos fluxos migratórios como expressão das interações espaciais, que gera a mobilidade do trabalho e a organização do consumo de bens e serviços, demarcando diferenças nos locais de residência e na estrutura espacial das classes sociais no interior da metrópole (JARDIM, 2001).

Ao estudarmos as migrações intrametropolitanas, como um caso particular da mobilidade espacial da população e do deslocamento das classes sociais no interior da metrópole fluminense, observamos que fluxos migratórios estavam associados ao fenômeno da “involução intrametropolitana”³, relacionada ao aumento da segregação e da exclusão sociais, originária da mudança de princípios do modelo de desenvolvimento econômico e social brasileiro, a partir dos anos 80. Alguns aspectos desse fenômeno podem ser constatados analisando-se os dados dos Censos Demográficos de 1980 e 1991 no sentido de que:

1 – as mudanças nas atividades econômicas e sociais influenciaram a migração intrametropolitana nos locais de origem e de destino;

2 – a renda média da PEA, como um dos elementos que refletem a estrutura de classes, nos possibilitou observar diferenças sócio-econômicas significativas no interior dos fluxos migratórios intrametropolitanos⁴, durante os anos 80;

3 – a análise dos fluxos migratórios intrametropolitanos nos permitiu fazer inferências sobre a questão da segregação e da exclusão sociais, a partir da comparação entre os migrantes intrametropoli-

tanos de baixa renda (com até 5 salários mínimos) e os de alta renda (com 20 salários mínimos e mais). A comparação entre os migrantes de baixa e de alta renda do município do Rio de Janeiro para os demais municípios metropolitanos e entre os municípios da chamada periferia metropolitana, nos ajuda a inferir sobre o aumento das carências urbanas⁵, já que a heterogeneidade sócio-econômica dos fluxos demográficos, no interior da metrópole fluminense expressam o fenômeno de “involução intrametropolitana”, caracterizado pelo distanciamento das classes sociais, independente da condição migratória.

A mobilidade espacial da população associa-se aos movimentos da economia e da sociedade, cujas mudanças podem ser observadas a partir do processo de reestruturação produtiva que compatibiliza mudanças institucionais e organizacionais nas relações de produção e de trabalho, bem como redefine os papéis dos estados nacionais e das instituições financeiras, visando a atender as necessidades de garantia de lucratividade (CORRÊA, 1997) das empresas capitalistas, na atual fase do desenvolvimento capitalista. Em relação ao social, se produz uma elitização do consumo e de mercados. Aumenta a competição intercapitalista mundial em relação à inserção dos novos mercados de consumo na economia global. No que se refere à escala local, ocasiona aumento das distâncias sociais, econômicas, observadas através da exclusão e da segregação sócio-espaciais.

O processo de reestruturação produtiva foi responsável pelas perdas na denominada cooperação urbana⁶ - centrada na expectativa taylorista-fordista de que o emprego urbano-industrial daria as condições necessárias para a melhoria nas condições materiais de vida da população, como um todo. A promessa de um emprego estável garantiria o bem-estar social da maioria da população residente nas metrópoles nacionais. Esta crença perdurou até os anos 70, quando surgiram novas tecnologias produtivas e organizativas, centradas nos novos processos de automação. A nova ordem do desenvolvimento capitalista fez com que aumentasse o desemprego, advindo da desqualificação da mão-de-obra, ocasionado pelo uso de novas tecnologias informacionais, responsáveis pelo aumento da competitividade produtiva, cujas conseqüências foi o aparecimento de uma nova pobreza urbana (CASTEL, 1998), que ganhou visibilidade no interior das metrópoles, via o aumento da segregação e da exclusão sociais no sentido de que:

- 1 – aumentaram as distâncias sociais observadas através das condições de renda, que indicam o aumento da segregação e da exclusão sócio-espaciais;
- 2 - surgiram processos de gentrificação (“enobrecimento” de novas áreas urbanas) com a criação de condomínios residenciais para a população de média e alta renda, inclusive na chamada periferia metropolitana;
- 3 – aumentaram as carências urbanas independentemente da localização geográfica (“núcleo” ou “periferia”), refletindo, assim, o processo e distanciamento entre as classes sociais no interior do espaço metropolitano.

Como forma de explicar os princípios que causaram a perda da cooperação urbana e os processos de exclusão e de segregação sócio-espaciais ocorridos no interior da metrópole fluminense, a partir dos anos 80, fundamentamos a nossa leitura:

1 – na sociologia clássica, que estava preocupada com a coesão social e a solidariedade; com a integração entre os homens, ao nível do microcosmo (SIMMEL, 1983) e com as representações coletivas, a partir da “concepção de mundo”, dos valores (WEBER, 1987). Estas preocupações fundamentaram os princípios sociológicos da Escola de Ecologia Humana de Chicago, responsável pela explicação inicial do crescimento e desenvolvimento das metrópoles urbano-industriais;

2 – nos fundamentos do contrato social, como base de legitimidade do Estado moderno, voltado para gestão dos bens comuns e elemento de garantia da felicidade e da igualdade dos homens perante a lei e progresso econômico e social. Estes fundamentos legitimaram o Estado capitalista, como regulador das bases contratuais, especialmente em relação às garantias sociais e políticas, entre elas o direito ao trabalho (SANTOS, 1999), princípio regulador do capital-trabalho. Constituído-se, assim, como instituição de garantia da “democracia do trabalho e do consumo”, cujas bases se consolidaram na concepção taylorista-fordista do Welfare State, triangulado pela regulação do Estado sobre a relação capital-trabalho.

Entretanto, o aumento da diferenciação social, econômica, política e cultural, originária da

sociedade de classes, centrada no consumo de novos bens e serviços, contribuiu para o fim da “democracia do trabalho” (TOURAINÉ, 1998), já que os seus princípios estavam baseados na oferta de produtos homogêneos voltados para o consumo de massa. A reestruturação produtiva, iniciada nos anos 70, nos países capitalistas centrais, passou a privilegiar as demandas diferenciadas, pela população de média e alta rendas, de produtos e serviços especializados, o que possibilitou um novo formato na estrutura de classes no interior da sociedade capitalista urbano-industrial e da diferenciação na composição da oferta de bens e serviços, que ganharam uma nova dimensão.

O entendimento da ruptura da cooperação urbana, advinda da reestruturação produtiva, implica no conhecimento da multiplicidade de escalas vivenciadas pelos indivíduos, cujos significados de liberdade, igualdade, subjetividade, justiça, solidariedade, adquirem novos significados e passaram a significar coisas díspares, em termos de necessidades e especificidades no interior da sociedade de consumo de massa, especialmente no interior das metrópoles. Surgiram condomínios residenciais fechados que passaram a ser um indicador da segregação sócio-espacial da população de média e alta rendas, a partir dos anos 80, na metrópole fluminense.

A dimensão da mobilidade residencial e a questão da migração intrametropolitana – as escalas do fenômeno migratório

As evidências empíricas demonstram que os estudos sobre a mobilidade residencial e migração intrametropolitana apresentam novas dimensões analíticas, entre as quais três questões são fundamentais na explicação do fenômeno de exclusão e segregação sócio-espaciais:

1. A orientação teórico-metodológica de base empírica

No Brasil, os estudos sobre a mobilidade residencial foram fortemente influenciados pela Escola de Ecologia Humana de Chicago, cujo eixo analítico dava ênfase, no geral, a influência da migração no processo de organização/desorganização e deterioração das grandes metrópoles. Num segundo momento, surgiram as explicações sobre as diferenças sócio-econômicas como processo de ajuste, via inserção dos imigrantes nas atividades urbano-industriais, como elemento integrador na sociedade urbano-industrial, via ascensão social. Com o desdobramento dessas explicações surgiram, a partir dos anos 70, análises sobre diferenciais entre migrantes e não migrantes como forma de qualificar as migrações dentro da estrutura produtiva e de consumo nas metrópoles brasileiras. De modo geral, a preocupação dos pesquisadores era explicar as condições de ascensão e mobilidade dos migrantes, numa sociedade de classes. Este modelo tinha suas bases explicativas nos estudos da Escola de Chicago, que no final dos anos 50 evidenciou os primeiros aspectos do esgotamento do modelo de desenvolvimento fordista-keynesiano, centrado no consumo de bens padronizados, que limitava as escolhas para os estratos médios e de alta renda. No Brasil as análises baseadas na sociedade de bem-estar social, advinda do desenvolvimento industrial fordista-keynesiano, deixaram de privilegiar os diferenciais entre migrantes e não-migrantes, como elementos de diferenciação e interação sócio-econômica dos migrantes internos, especialmente no interior das metrópoles brasileiras, no início dos anos 80.

Frente à crise dos paradigmas explicativos dos deslocamentos populacionais no interior das metrópoles, centrados no desenvolvimento urbano-industrial, assim como as especificidades dos países latino-americanos começam-se, a partir dos anos 60, a ressaltar as diferenças históricas, sociais, políticas, econômicas e étnicas que determinam o desenvolvimento das respectivas sociedades latino-americanas.

As primeiras análises particulares, de cunho histórico-estrutural, sobre a configuração e evolução do padrão de estudos sobre a mobilidade residencial, surgiram das críticas à Escola de Ecologia Humana de Chicago, como padrão norteador do desenvolvimento urbano-industrial do capitalismo ocidental. Essas críticas permitiram rediscutir a questão deterioração dos centros metropolitanos, causados pela migração interna, assim como a visão de que as periferias nas metrópoles latino-americanas seriam, por natureza, o locus da classe operária, independente da condição migratória (BALÁN, 1973; LOPES, 1973; SINGER, 1973; MAUTNER, 1999).

O entendimento dos processos de diferenciação sócio-espacial, originária *da luta travada* pelas classes sociais, em relação ao acesso aos equipamentos urbanos e sociais, faz com que se torne necessário a busca de outros fatores explicativos sobre os deslocamentos populacionais no interior das metrópoles. Os estudos sobre a mobilidade residencial e os deslocamentos migratórios ganharam novas dimensões escalares.

2. A delimitação do tema – migrações intrametropolitanas

Faz-se necessário distinguir, então, entre mobilidade residencial, migração e mobilidade espacial, como aspectos diferenciadores dos deslocamentos populacionais no interior das metrópoles. A primeira é definida, em princípio, como a mudança da população dentro da cidade (como unidade político-administrativa, o município, ou seja, entre bairros de uma mesma cidade); a segunda, como deslocamento de pessoas entre unidades político-administrativas (PAVIANI et al., 1988). Segundo Pinto (1974, p. 57), o dicionário demográfico define migrante como “uma pessoa cuja divisão territorial de residência ao início de um período de observação difere da divisão territorial de residência de dito período”. Portanto, corrobora para diferenciação feita entre migrante e mobilidade residencial. E, finalmente, a mobilidade espacial tem um sentido muito mais amplo que a de migração, englobando tanto os deslocamentos de longa distância, referentes às migrações, quanto os de curta distância, referentes à mobilidade residencial. O que define é a mudança de uma localização a outra no espaço: engloba a mobilidade residencial e as migrações, independentemente dos limites político-administrativos, circunscritos pela ação pública, em suas diferentes dimensões, que se legitima através da força de lei, no sentido de “homogeneizar” e “excluir” diferenças internas objetivando a (re)conquista do território, delimitando-o como instância de atuação político-administrativa: o município.

Cabe-nos perguntar se a diferença entre migração e mobilidade residencial é somente uma questão de divisão territorial político-administrativa. O processo de periferização dos municípios das cidades-capitais metropolitanas (o conhecido processo de suburbanização) e a própria periferização dos municípios circunvizinhos a essas metrópoles (o processo de conurbação) são somente uma questão de mobilidade residencial ou de migrações intra-urbanas? Ambos se confundem e fazem parte da mobilidade residencial da população, da mudança de lugares de residência, entre cidades, que é um aspecto predominante nos deslocamentos populacionais nos países latino-americanos.

3. A questão dos parâmetros escalares das migrações

Ressalta-se que é importante que se estabeleça outras dimensões analíticas sobre as migrações intrametropolitanas e os seus fatores determinantes. Delimitar a mobilidade residencial ao nível micro (intra-unidade administrativa) é enquadrá-la no marco político-administrativo local, sem considerar as diferentes dimensões da totalidade. É reduzir os múltiplos processos que intervêm nos deslocamentos populacionais aos limites físicos do controle político-administrativo do território. É estabelecer fronteiras aos processos constituintes das práticas sociais e existenciais da população que ultrapassam as fronteiras municipais. É delimitar os movimentos de população como elementos formadores da expansão, suburbanização e segregação sócio-espacial a uma fronteira político-administrativa. É reduzir as práticas sociais aos interesses políticos e econômicos vigentes num determinado momento histórico.

Os estudos sobre a mobilidade residencial têm sido enfocados, de modo geral, a partir: a) da influência migratória para a cidade e seus impactos sócio-econômicos e b) do movimento de pessoas no espaço intrametropolitano como fator de expansão, suburbanização, exclusão e segregação sócio-espacial.

Ambos eixos analíticos deveriam se complementar e não se excluem, ao nosso ver, pelo fato de que a migração não é um movimento caótico e desorganizado. Encontra-se referenciada nas estratégias sócio-econômicas, culturais, psicológicas, de lazer, ao ciclo de vida e à reprodução existencial da população (CUNHA, 1994), independente da classe social. Ideologicamente não se dife-

renciaem quanto às aspirações, mas na prática a migração está limitada ao acesso às condições materiais.

A mobilidade residencial está ligada a processos multi-escalares que, independente do recorte analítico, abrangem diferentes níveis de explicação e interpretação não dissociados entre si. Desconsiderar as várias escalas do fenômeno migratório é explicar as causas pelas consequências, as aparências em vez da essência (LEFEBVRE, 1977).

Outra dimensão da mobilidade espacial da população é o processo de urbanização. Este se dá, basicamente, pelo crescimento demográfico, via nascimentos e migrações, pelos deslocamentos intra-urbanos e intrametropolitanos e também pela incorporação de áreas rurais às urbanas, responsáveis pelo processo de adensamento demográfico e social. Há uma relação direta entre adensamento demográfico e social, no que sentido que refletem novas formas de relações sociais e de trabalho que, por sua vez, estão relacionadas à divisão social do trabalho e ao processo de diferenciação social e econômico (a exclusão e segregação sócio-espacial). Portanto, à geração e ao aumento da diferenciação social e econômica, assim como com a ruptura da cooperação urbana.

O deslocamento da população no espaço metropolitano reflete a estrutura econômica e social desse espaço, assim como as condições desses deslocamentos, indicando novos rearranjos sociais e econômicos, conformando novos espaços existenciais⁷. Novas áreas são incorporadas à metrópole, novos rearranjos familiares e demográficos se estabelecem a partir de certas condições sócio-econômicas. Portanto, novas formas espaciais e temporais são estabelecidas a partir da mobilidade da população. São as novas formas existenciais que tornam visíveis os processos de exclusão/inclusão, segregação, “enobrecimento de novas áreas residenciais” (“gentrificação”) e de pobreza, entre outros fenômenos sociais existentes na atual fase de desenvolvimento do capitalismo.

A dimensão dos deslocamentos intrametropolitanos e seus aspectos sócio-econômicos e espaciais

A mudança na concepção do modelo de desenvolvimento capitalista contribuiu para a atual crise dos paradigmas sobre o fenômeno migratório (SIMMONS, 1991), cujas explicações podem ser dadas a partir das transformações ocorridas na organização da produção e do trabalho, de base taylorista-fordista. A ênfase anterior, fordista, estava dada no processo de integração dos migrantes à sociedade de consumo e, portanto, a questão do tempo de residência no município, em voga nos Censos Demográficos brasileiros de 1970 e 1980, significava a duração socialmente necessária para incorporação à estrutura produtiva e a mobilidade social (ascensão social) na sociedade de consumo de massas.

Os elementos constitutivos do processo migratório – duração, distância e situação político-administrativa, representam a essência do controle das migrações laborais na organização taylorista-fordista do trabalho. No pós-fordismo, há necessidade de se repensar as dimensões temporais e espaciais da migração, já que mudaram as possibilidades e as temporalidades das migrações embora o seu controle político não. Há necessidade de se repensar a questão das subjetividades que redefinem e se manifestam para além das condições de trabalho.

Há que se pensar, ainda, a duração relacionada ao tempo social, pelo fato de que representa “um conjunto de possibilidades existentes num determinado momento da história” (SANTOS, 1988). É a partir da duração que o tempo nos transforma, demarca diferenças e ressalta identidades, já que o tempo é uma das dimensões da organização social. Os diferentes momentos da vida correspondem, também, as diferentes condições existenciais, no interior da metrópole, num determinado momento histórico.

Já o conceito de temporalidade é reconhecido como forma diferenciada do tempo e do acontecer social, se faz presente, de modo seletivo, nos acontecimentos particulares. A temporalidade, como acontecimento histórico, dá especificidade aos acontecimentos ao mesmo tempo em que os diferencia. É através da temporalidade que podemos observar as realidades concretas do mundo, em suas diferentes formas, a partir da organização e da estrutura social, portanto, as diferentes temporalidades constitutivas das classes sociais demarcam diferenças significativas nas condições de vida de cada estrato sócio-econômico em particular.

A distância, como realidade relacional, necessita ser repensada pelo fato de refletir as relações dos homens entre si, configurando a sociedade a que pertencem. Deste modo, a distância, como realidade relacional, demarca diferenças sociais, econômicas e políticas, independente da condição migratória. A distância (re)dimensiona e dá sentido aos fluxos migratórios, em relação às suas origens e aos seus destinos. A distância aproxima e separa. Na aproximação está a continuidade e/ou a afinidade de cultura de origem e sua reprodução no lugar de destino. Na separação há uma tendência à ruptura, na medida em que há a possibilidade da aquisição de novos valores e padrões de comportamento no lugar de origem.

A situação do controle político-administrativo sobre as migrações necessita ser repensada, a partir das diferentes formas como é exercido sobre os migrantes geralmente pobres. Repensar o político-administrativo, como instância de poder oriundo das relações entre o político e o social, assim como as suas diferentes formas de se legitimar como ação do poder público, a partir de diferenças sociais e econômicas (BOURDIEU, 1989). Por sua vez, são as diferenças que justificam o processo de integração/exclusão no local de origem e/ou de destino, assim como ressaltam as identidades coletivas (migrantes ou não) que demarcam o lugar de residência.

As categorias duração, temporalidade e situação político-administrativa devem ser revistas a partir dos princípios norteadores das teorias da modernização e das novas concepções de desenvolvimento econômico e social, como forma de se resgatar as mudanças de escala do fenômeno migratório, que se reflete no comportamento individual, organizacional do trabalho urbano-industrial. Os paradigmas vigentes já não são suficientes para explicar as mudanças dos indivíduos de um lugar a outro.

Entretanto, a instrumentalização e o controle das migrações continuam vinculados à situação político-administrativa, que controla e legitima as condições de classe, através do poder político que se faz presente através do poder econômico, independente da condição migratória.

A partir das diferenças nas relações sociais e políticas a questão da proximidade e a da distância propiciam diferentes ações, numa sociedade de classes. Não são as fronteiras político-administrativas que separam a migração da mobilidade residencial, embora sirvam para “controlar” o social, o diferente, migrante e não migrante, mas as práticas políticas de gestão do território, cujo controle se legitima através do jurídico. As práticas sociais vão além das fronteiras político-administrativas. Os processos de interações espaciais em suas diferentes dimensões culturais, políticas e sociais representam diferentes escalas da mobilidade espacial da população.

Assim, os fluxos migratórios intrametropolitanos, como processos constituintes das interações espaciais, podem ser também analisados a partir de diferentes escalas, que traduzem as diferentes dimensões do acontecer social, que vai além das fronteiras político-administrativas.

As fronteiras político-administrativas se por um lado controlam e se diferenciam, como gestão do poder local, por outro, as práticas sociais, econômicas transcendem as respectivas fronteiras, pelo fato de fazerem parte de uma totalidade metropolitana, cuja diferenciação, em seu interior, está marcada pelos processos de segregação e exclusão sócio-espaciais, advindos da nova ordem social e econômica. Entretanto, reproduzem as suas especificidades através das interações espaciais, em suas diferentes escalas. Estes processos podem ser observados nos deslocamentos populacionais no interior da metrópole fluminense, com maior intensidade, a partir dos anos 80.

Mobilidade populacional intrametropolitana: principais centros de atração populacional entre 1980 e 1991

Os dados do Censo Demográfico de 1991 mostram que, grosso modo, existiam, durante os anos 80, três grandes fluxos migratórios no interior da metrópole fluminense que, de acordo com as suas condições sócio-econômicas, revelam o movimento de “expansão do núcleo na periferia”, da “nuclearização da periferia” e da “periferização da periferia”. Esses fluxos demográficos reproduzem os movimentos da economia e da sociedade que, por sua vez, refletem os deslocamentos das classes sociais no interior do espaço metropolitano (Tabela 1 e 2).

Tabela 1

Condições de Renda dos Migrantes do Rio de Janeiro entre 1980 e 1991

INDICADORES DE RENDA	Imigrantes Intrametro- politanos entre 80-91	Imigrantes Intrametro- politanos no Rio de Janeiro entre 80-91	Principais destinos dos emigrantes do Rio de Janeiro entre 1980-1991					
			Niterói	Nova Iguaçu	Duque de Caxias	São Gonçalo	S.J. De Meriti	Nilópolis
% da PEA até 1 SM	7,0	4,3	3,2	9,5	7,4	5,3	5,2	4,5
% da PEA residente	5,0	3,6	3,3	8,3	6,1	5,8	5,9	4,9
% da PEA até 5 SM	63,8	45,6	31,9	75,4	72,0	61,5	73,4	66,4
% da PEA residente	53,2	43,9	37,1	78,8	68,7	63,3	69,0	63,7
Renda Média da PEA (em SM)	7,5	25,4	30,4	4,2	4,6	5,9	4,7	5,2
Renda Média da PEA residente (SM)	10,9	16,1	29,0	46,2	5,0	5,6	4,9	5,4
Renda Média da PEA com 20 SM e mais (em SM)	57,1	148,8	122,0	30,9	33,5	36,1	37,7	27,7
Renda Média da PEA residente com 20 SM e mais (em SM)	68,0	85,3	129,6	32,4	32,1	34,6	31,9	30,4

Fonte: IBGE – Censo Demográfico de 1991.

Tabela 2

Condições de Renda dos Migrantes do Rio de Janeiro entre 1986 e 1991

INDICADORES DE RENDA	Principais destinos dos emigrantes do Rio de Janeiro entre 1986-1991							
	Imigrantes Intrametro- politanos entre 86-91	Imigrantes Intrametro- politanos entre 86-91						
			Niterói	Nova Iguaçu	Duque de Caxias	São Gonçalo	S.J. De Meriti	Nilópo- lis
% da PEA até 1 SM	7,0	3,3	3,0	9,7	6,8	3,6	4,5	5,7
% da PEA residente		3,6	3,3	8,3	6,1	5,8	5,9	5,9
% da PEA até 5 SM	67,8	46,2	28,7	75,6	71,5	61,1	76,5	59,5
% da PEA residente		43,9	37,1	71,1	68,7	63,3	69,0	63,7
Renda Média da PEA (em SM)	7,4	13,0	30,2	4,3	4,7	6,5	4,9	6,1
Renda Média da PEA residente (SM)		16,1	29,0	46,2	5,0	5,6	4,9	5,4
Renda Média da PEA com 20 SM e mais (em SM)	56,5	72,2	110,7	31,3	33,6	51,5	47,2	27,1
Renda Média da PEA residente com 20 SM e mais (em SM)		85,3	129,6	129,6	32,1	34,6	31,9	30,4

Fonte: IBGE – Censo Demográfico de 1991.

A “expansão do núcleo na periferia”, refere-se aos emigrantes do município do Rio de Janeiro, com renda média e alta que passaram a residir em Niterói, Nova Iguaçu, Duque de Caxias e São Gonçalo. Já a “periferização do núcleo” está associada aos imigrantes intrametropolitanos que passaram a residir no município do Rio de Janeiro que ganhavam até cinco salários mínimos (US\$484,61 dólares americanos), em setembro de 1991; corresponde ao aumento e adensamento da população residindo em favelas e o distanciamento sócio-econômico entre os bairros do município da capital fluminense. Finalmente, a “periferização da periferia”, refere-se às trocas populacionais entre os municípios da chamada periferia metropolitana que, apesar da imensa maioria da população envolvida nessas trocas ser de baixa renda, apresentava também diferenças econômicas e sociais no interior dos fluxos migratórios, assim como em relação à população residente, quer seja no “núcleo” ou na “periferia” metropolitana (Tabela 3 e 4).

Tabela 3

**Migrantes entre os principais municípios da periferia metropolitana,
segundo indicadores de renda entre 1980-1991.**

INDICADORES DE RENDA	Migrantes Intra-metropolitanos Entre 80-91	Migrantes Residentes em são Gonçalo com origem em Niterói	Migrantes Residentes em Nova Iguaçu com origem em Duque de Caxias	Migrantes Residentes Em Nilópolis Com origem Em Nova Iguaçu	Migrantes Residentes Em Nova Iguaçu Com origem Em S.J. de Meriti
% da PEA com até 1 Salário Mínimo	7,0	5,3	9,5	4,9	9,6
% da PEA residente com até 1 SM	5,0	5,8	8,3	4,3	8,3
% da PEA com até 5 SM	67,7	61,5	75,4	63,7	75,2
% da PEA residente com até 5 SM	53,2	63,3	71,8	57,6	71,8
Renda Média total (em SM)	7,5	5,9	4,2	5,4	4,2
Renda Média da População residente com até 5 SM	10,9	5,6	4,6	6,0	4,6
Renda Média da PEA com 20 e mais SM (em SM)	57,1	36,1	30,8	27,7	30,9
Renda Média da PEA da população residente com 20 e mais SM (em SM)	68,0	34,6	32,4	30,4	32,4

Fonte: IBGE – Censo Demográfico de 1991

Tabela 4
Migrantes entre os principais municípios da periferia metropolitana,
segundo indicadores de renda entre 1986-1991

INDICADORES DE RENDA	Migrantes	Migrantes	Migrantes	Migrantes	Migrantes
	Intra- metropolita- nos Entre 86-91	Residen- tes em são Gonçalo com ori- gem em Niterói	Residentes em Nova Iguaçu com origem em Duque de Caxias	Residentes Em Nilópo- lis Com ori- gem Em Nova Iguaçu	Residen- tes Em Nova Iguaçu Com ori- gem Em S.J. de Meriti
% da PEA com até 1 Salário Míni- mo	7,4	4,2	8,3	3,7	12,4
% da PEA com até SM	67,8	56,6	84,4	60,2	82,5
Renda Média total (em SM)	4,9	6,8	3,3	5,3	3,7
Renda Média da PEA com 20 e mais SM (em SM)	24,2	35,6	-	31,0	26,7

Fonte: IBGE – Censo Demográfico de 1991

Com a análise das Tabelas, podemos concluir-se que não se pode tratar os movimentos migratórios como homogêneos, mesmo em áreas segregadas (de alta, média e baixa rendas), pelo fato de que a mobilidade da população intrametropolitana corresponde aos movimentos da economia e da sociedade. Portanto, esses movimentos refletem a estruturação das classes sociais no interior da metrópole, cujas distâncias podem ser observadas através da heterogeneidade sócio-econômica dos deslocamentos da população, cujos processos constitutivos mostram e denunciam a nova dinâmica de segregação e exclusão sociais, numa sociedade de classes.

Portanto, não faz sentido comparar migrantes com população não migrante, como categorias isoladas e auto-explicativas, já que os migrantes fazem parte da totalidade metropolitana e de seus processos constitutivos de mudança, pelo fato de que os migrantes são parte de uma estrutura e movimento das classes sociais. Neste sentido, os migrantes intrametropolitanos refletem as mudanças constitutivas da economia e da sociedade fluminenses, nos anos de 1980, a partir da nova ordem econômica caracterizada pelo fenômeno da “involução intrametropolitana”, como expressão do fim da cooperação urbana e do aparecimento da segregação sócio-espacial da população de média e alta rendas, via o “enobrecimento” da chamada periferia metropolitana e do “empobrecimento” da cidade do Rio de Janeiro.

Notas

* Síntese dos principais aspectos da tese de doutorado em Planejamento Urbano e Regional – IPPUR-UFRJ – “Mobilidade Intrametropolitana – o caso do Rio de Janeiro”, defendida em setembro de 2001 - apresentada no I Seminário do Núcleo Interdisciplinar de Estudos Migratórios do Rio de Janeiro, UERJ, de 25 a 27 de junho de 2002

** Doutor pelo Instituto de Planejamento Urbano e Regional (IPPUR/UFRJ) e Pesquisador do IBGE

1. A metrópole fluminense refere-se ao município do Rio de Janeiro e aos demais municípios metropolitanos compostos por: Duque de Caxias, Itaboraí, Itaguaí, Magé, Mangaratiba, Maricá, Nilópolis, Niterói, Nova Iguaçu, Paracambi, São Gonçalo e São João de Meriti. No Censo Demográfico de 1991 a metrópole fluminense representava a segunda do país, num conjunto de 9 Regiões Metropolitanas. Atualmente, há, no país um total de 26 regiões metropolitanas.

2. Para nós, os movimentos de população no espaço refletem os movimentos da sociedade, pelo fato de estarem relacionados com estruturas políticas, econômicas, sociais e históricas que implicam em relações de classe que, por sua vez, condicionam a forma como a sociedade produz seus bens e serviços. Assim, a configuração da produção e da distribuição de bens e serviços é produto de uma determinada estrutura de classes e não o contrário. Neste sentido, os indivíduos, independentemente da sua condição de gênero, de migração, etc., estão condicionados por valores e ideologias que prevalecentes, numa determinada configuração social, os orientam na forma de produzir e reproduzir as respectivas existências, num determinado momento histórico. Portanto, são os valores predominantes que, expressos através da ideologia, condicionam a forma como as pessoas se orientam no mundo (na sociedade). Neste sentido, a estrutura de classes regula a forma como os indivíduos se inserem na produção, distribuição e consumo de bens e serviços (POULANTZAS, 1971)

3. A “Involução Intrametropolitana” refere-se a redução de possibilidades tradicionais de sobrevivência dos pobres no interior das metrópole. Esta redução é reconhecível através de indicadores de segregação e exclusão sociais. Portanto, reflete diferenças sociais, econômicas e políticas em relação ao acesso e à satisfação das demandas básicas da população pobre. Como forma de apreender as dimensões desse processo os indicadores de renda, instrução, inserção nas atividades produtivas, infra-estrutura urbana e domiciliar espelham diferenças sociais, econômicas e políticas. A “Involução intrametropolitana” está, então, associada aos aumentos das distâncias sociais e econômicas existentes no conjunto da população metropolitana, a partir dos anos 80 (RIBEIRO, 1997).

4. Os fluxos migratórios intrametropolitanos correspondem ao número de trocas de pessoas, individualmente ou em grupo, entre um determinado município, num determinado tempo, geralmente, entre o período intercenitário, são chamados também de correntes migratórias, quando associadas à idéia de quantidade de pessoas envolvidas no deslocamento de um lugar a outro. Os fluxos mi-

gratórios correspondem aos “ movimentos” e a “circulação de pessoas em função da distribuição de bens de serviços e de consumo. Confundem-se, então, com as interações espaciais.

5. As carências urbanas expressam a vontade de um indivíduo por algo determinado e faz parte de um sistema de carências que configura como unidade ecológica no qual os agentes humanos se movem (FORACCHI, 1982). A participação dos indivíduos num sistema de carências está associada a valores previamente determinados pela estrutura social. Assim, as carências referem-se as atividades dos sujeitos na elaboração de seus sentimentos e vivências referentes as suas expectativas de acesso ao consumo de bens e serviços socialmente diferenciados.

6. A perda da cooperação urbana está associada ao aumento das distâncias sociais e do rompimento dos laços sociais, advindos das mudanças ocorridas nas relações sociais e do trabalho, cujas influências implicam em novas formas de convívio e de relações societárias (RIBEIRO, 1997, SENNET, 1999).

7. Os espaços existenciais estão relacionados a produção da existência e aos custos vitais da população (PINTO, 1974). O ser humano, como produtor da existência, produz o seu território, o seu modo de existir. Entretanto, o sujeito da criação do território não é o indivíduo, mas a população, o coletivo, que cria e recria as condições necessárias para desenvolver o seu processo vital, cuja criação resulta do trabalho executado sobre o território que depende, por sua vez, das condições técnicas e sociais em que o trabalho é realizado. O espaço vital não representa somente uma dimensão territorial mas uma área existencial, um modo de existir; não é uma quantidade de território, mas o modo humano de existir, associado aos processos de produção e reprodução da existência.

Referências Bibliográficas

BALÁN, Jorge. Urbanización, migraciones internas y desarrollo regional: notas para discusión. *Demografía y Economía*, México, v. 7, n. 2, p.148-63, 1973.

BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

CASTEL, Robert. As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 1998.

CASTRO, Mary G. et al. Mudanças na composição do emprego e na distribuição de renda: efeitos sobre as migrações internas. Brasília: SERFHAU; BNH/OIT, 1976.

CORREIA, Roberto L. Trajetórias Geográficas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

FORACCHI, Marialice M. A participação social dos excluídos. São Paulo: HUCITEC, 1982.

CUNHA, José M.P. Mobilidade populacional e expansão urbana: o caso da região metropolitana de São Paulo. Tese (Doutorado). Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas, 1994.

GERMANI, Gino. Política y sociedad en una epoca de transición. Buenos Aires: Paidós, 1971.

_____. Sociologia da modernização. São Paulo: Mestre Jou, 1974.

HARVEY, David. The Urban Experience. Baltimore: The Hopkins University Press, 1985.

_____. Condição pós-moderna. São Paulo: Edições Loyola, 1993.

JARDIM, Antonio de P. Mobilidade intrametropolitana: o caso do Rio de Janeiro. Tese (Doutorado). Rio de Janeiro: IPPUR-UFRJ, 2001.

LEFEBVRE, Henri. A praxis: a relação social como processo. In : FORACCHI, Marialice M.; MARTINS, José de S [orgs]. Sociologia e Sociedade (Leituras de introdução à sociologia). Rio de Janeiro: LTC, 1972.

LOPES, Juarez R. B. Desenvolvimento e migrações: uma abordagem histórico-estrutural. Estudos CEBRAP, São Paulo, n.6, p. 125-43, 1973.

MAUTNER, Yvone. A periferia como fronteira de expansão do capital. In: DEÁK, C.; SCHIFFER, S.

(Org.) *O processo de urbanização no Brasil*. São Paulo: FUPAM-ESDUSP, 1999.

PAVIANI, Aldo; CAMPOS, N.; FARRET, R. *Mobilidade residencial em cidade planejada*. Brasília: *Revista de Geografia e Estatística*, v. 52, n.2, p. 5-19, 1988.

PIERSON, Donald. *Estudos de ecologia humana*. São Paulo: Martins Fontes, 1970.

PINTO, Álvaro V. *El pensamiento crítico en demografía*. Santiago de Chile. CELADE, 1974.

POULANTZAS, Nicos. *Poder político e classes sociais*. Porto:Portucalense Editora, 1971.

RIBEIRO, Ana Clara T. *Urbanidade e vida metropolitana*. Rio de Janeiro: Jobran, 1997.

SANTOS, Boaventura de S. *Reinventar a democracia: entre o pré-construtualismo e pós-construtualismo*. In: HELLER, Agnes et al. *A crise dos paradigmas em ciências sociais e os desafios para o século XXI*. Rio de Janeiro: CONRECON, 1999.

SANTOS, Milton. *As metamorfoses do espaço habitado*. São Paulo: Hucitec, 1988.

SENNET, Richard. *A corrosão do caráter: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

SINGER, Paul. *Economia política da urbanização*. São Paulo: Brasiliense, 1973.

SIMMEL, George. *Sociologia*. São Paulo: Ática, 1983.

SIMMONS, Alan B. *Explicando la migración: la teoría en la encrucijada*. *Revista de Estudios Demográficos y Urbanos*. México, v.1, ene./abr., 1991.

TOURAINE, Alain. *Igualdade e diversidade: o sujeito democrático*. Bauru:EDUSC, 1998.

WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*, 5ª edição. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1987.

Abstract

This study center in three dimensions of the phenomenon of the intrametropolitam mobility, to know, the dimension referent to the exclusion processes and social-spacial segregation, originating from economical, social and political differences, inside the metropolitan space, the dimension of the movement of the populations in the metropolis in relation to migration and the residential mobility (a scale questions); the dimension of the social-economic movement of the population in Fluminense metropolis, during the 80's.

Key words: intrametropolitam mobility; movement of the populations; residential mobility; Fluminense metropolis.